



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Oral

O Governo da RAEM não conseguiu honrar o seu compromisso de construir 19 000 fracções de habitação pública, e uma das razões apontadas pelo Secretário Lau Si lo é a seguinte: “construir não é difícil, o que é difícil é encontrar terrenos”. Todavia, com a declaração de caducidade da concessão dos terrenos localizados na Avenida Wai Long, com uma área superior a 80 mil m<sup>2</sup>, o Governo já tem ao seu dispor os terrenos necessários para acabar com aquela dificuldade de “encontrar terrenos”. Em conformidade com o plano original definido pelos promotores do empreendimento, os referidos terrenos, com mais de 80 mil m<sup>2</sup> representam uma área bruta de construção que pode ir até 730 mil m<sup>2</sup>, e uma área útil de mais de 500 mil m<sup>2</sup>. E se forem aproveitados para a construção de habitação pública, podem construir-se, mesmo com base numa estimativa conservadora, mais de 10 mil fracções. Pelo exposto, o Governo deve proceder, o mais rápido possível, ao planeamento destes terrenos, para que sejam aproveitados para a construção de habitação e instalações públicas. Entretanto, em resposta à pergunta levantada durante a sessão de perguntas e respostas que teve lugar no passado mês de Abril, o Chefe do Executivo afirmou que, por agora, ainda não era adequado proceder ao planeamento dos referidos terrenos, uma vez que, apesar de a concessão já ter sido declarada caducada, ainda está em curso o respectivo processo judicial. Parece que esta afirmação carece de ponderação aprofundada. E assim sendo, interpele o Governo sobre o seguinte:



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. A concessão dos terrenos com uma área superior a 82 mil m<sup>2</sup>, localizados na Avenida Wai Long, foi declarada caducada pelo Governo da RAEM por envolvimento no caso Ao Man Long. Em relação à caducidade dos cinco terrenos, declarada numa fase anterior, de facto, os promotores do empreendimento apresentaram recurso junto do tribunal de Macau. Mas caso não tenha sido interposta providência cautelar, o referido recurso não produz efeito suspensivo sobre o replaneamento dos referidos terrenos. E mesmo que tenha sido interposta providência cautelar, é ainda necessária a autorização do juiz antes que aquela produza qualquer efeito suspensivo. Mas caso tal não se tenha verificado, não existem então quaisquer obstáculos que impeçam o Governo de proceder ao replaneamento dos terrenos reavidos. O Governo da RAEM alegou que, por agora, ainda não podia proceder ao desenvolvimento dos terrenos em questão. Porquê?

2. O Governo prometeu reabrir, integralmente, os concursos para habitação económica no quarto trimestre deste ano. É a primeira vez desde há oito anos, por isso, prevê-se uma grande quantidade de candidaturas. De acordo com a Lei da habitação económica, o Governo só abre concurso quando há planos para estas habitações, e a respectiva lista dos candidatos mantém-se válida até à atribuição de todas as fracções postas a concurso. Por isso, é bastante importante o número de fracções postas a concurso, e se o Governo apenas disponibilizar alguns milhares de fracções, como a procura é maior do que a oferta, a maioria dos candidatos acaba por fazer pedidos em vão, pois nem sequer vão conseguir ter acesso ao sorteio. Isto constitui um



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

desperdício de trabalho para os candidatos, e um aumento da pressão para o Governo. Se este vai, ao fim de oito anos, reabrir o concurso para a habitação económica, deve então dispor de número suficiente de fracções para demonstrar a sinceridade da sua acção governativa. Se os terrenos com cerca de 80 mil m<sup>2</sup>, localizados na Avenida Wai Long, forem destinados à construção de habitação pública, poderão ser disponibilizadas mais de 10 mil fracções públicas. Se estas 10 mil ou mais forem destinadas à habitação económica, será possível atenuar a pressão da procura. O Governo prometeu reabrir, integralmente, os concursos para habitação económica no quarto trimestre deste ano, então, de que planos dispõe para o efeito? Quantas fracções vão ser postas a concurso? Os referidos terrenos na Avenida Wai Long vão fazer parte daquele concurso?

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San

27 de Maio de 2013